

Odeio economistas

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Há muito tempo, estava em Lisboa com a minha mulher e fui às compras em um supermercado. Não eram muitos nem fartos àquela época, mas um português, quando ouviu meu sotaque brasileiro, não resistiu e perguntou: “É verdade que, no seu país, quando você pega um produto na prateleira e chega no caixa para pagar o preço aumentou?”

Tive que concordar. No último mês, antes de o Plano Real entrar em vigor, a taxa de inflação foi de 46%, o que resultou em índice escandaloso no fim do ano. Semelhante à inflação alemã ou mais recentemente ao período mais tenebroso da economia argentina. Quem viveu aquele período lembra que o brasileiro aprendeu a comprar freezer, coisa que não é comum nas residências nos países com moeda estabilizada. O consumidor recebia o salário e comprava tudo no mesmo dia. E colocava no freezer. Se esperasse 24 horas, a compra ficaria mais cara.

Essa mania não cessa rapidamente. Quando uma amiga foi fazer um curso na Itália, em Roma, alugou um apartamento e, na primeira oportunidade, saiu para fazer compras no supermercado mais próximo. E fez compras de mês. Mania nacional até hoje. Na hora de pagar, o gerente do estabelecimento veio correndo saber o que estava acontecendo. Ele perguntou: “É guerra?”

O gerente entendeu que ela estava se adiantando a algum acontecimento sério que provocaria racionamento de viveres. Na Europa, o primeiro alarme é sempre ligado à possibilidade de guerra. A amiga tranquilizou o vendedor, foi embora e percebeu que, naquele país, mesmo assolado pelos conflitos bélicos, as pessoas fazem compras aos poucos, quase todos os dias, na medida da necessidade. Não há estoques. Nem freezers. Com inflação baixa, a vida é previsível e tranquila. Sem inquietações provocadas por planos econômicos. No Brasil, ao contrário, nos anos 1980, os camelôs nas cidades vendiam camisetas com a frase: “Odeio economistas”.

E com razão. O país se transformou em



laboratório de experiências de economistas que tinham, segundo eles, planos excepcionais para conter a inflação e transformar o Brasil em país de primeiro mundo. O primeiro deles, o Plano Cruzado, no governo Sarney, congelou os preços e criou uma tablita que fazia um cálculo curioso para aplicar um deságio e reduzir as parcelas vencidas de qualquer bem adquirido a prazo. Muita gente quebrou porque, ao final de um financiamento de 24 meses, as prestações não valiam mais nada. O plano durou pouco mais de um ano, o tempo de uma eleição, e naufragou logo depois. Após essa experiência, vieram diversas outras até o confisco do dinheiro no primeiro dia do governo Collor. Foi um desastre.

De desastre em desastre, o Brasil chegou ao governo Itamar Franco, que substituiu Collor depois

do impeachment. O presidente fez várias tentativas de ministros da Fazenda até chegar ao nome de Fernando Henrique Cardoso, que era titular do Ministério de Relações Exteriores e estava feliz no seu cargo. Ele visitava a Rússia quando recebeu o convite. O embaixador Sebastião do Rego Barros, que era o titular em Moscou, foi encarregado de transmitir o recado de que o presidente Itamar queria falar com seu ministro. Fernando Henrique balançou, tentou negar, mas o presidente foi enfático e quase impôs a nova responsabilidade.

Havia, também, o problema da dívida externa, que pesava muito nas contas no país. FHC reuniu o grupo de economistas, originários da PUC do Rio de Janeiro, e entregou a eles a responsabilidade de acabar com a hiperinflação no Brasil. Ao lado disso, Pedro Malan negociou com os credores externos a redução da dívida, que terminou por ser quitada no governo Lula. Hoje, o Brasil não tem dívida externa, nem hiperinflação. Pouca gente se lembra desse esforço monumental e do resultado positivo do Real, que entrou em vigor há 30 anos. E deu certo. A inflação deste ano no Brasil deverá ser ao redor de 3,5%. Nada parecido com o que havia antes.

O Plano Real ajudou muito a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República. Foi eleito e reeleito. Antes do Plano Real, FHC tinha dificuldades para se eleger deputado federal por São Paulo. O Plano Real teve, para a economia brasileira, a mesma dimensão que a Constituinte teve para a política nacional. Foi o momento em que a democracia brasileira começou a se ajustar ao mundo. O país deixou de ser um pária (houve momento, em um dos planos fracassados, que o Banco do Brasil ficou sem recursos no exterior). Moeda estável significa seriedade e previsibilidade. A anunciada Reforma Tributária poderá completar o quadro de providências institucionais que deverão modernizar o país. O PT, 30 anos atrás, foi contra o Plano Real. O partido também votou contra a aprovação do texto Constitucional em 1988. Mas é melhor esquecer esses detalhes.

É hora de investir no aumento da qualidade assistencial em saúde

» ALEXANDRE SICILIANO*

Cirurgião cardíaco, head do Setor de Cardiologia do Hospital São Lucas Copacabana, da Dasa, e da Academia Nacional de Medicina

Para elevar a excelência da assistência cardiológica aos brasileiros, é crucial reformular o paradigma da medicina centrada no médico herói, deixando de lado o contexto menos focado na capacidade individual em busca de um modelo mais colaborativo e de aprendizado contínuo, uma prática com estruturas menos hierárquicas e centradas no olhar integral para o paciente. Isso implica pensar um sistema que minimize desperdícios (de recursos financeiros, insumos e até de tempo), priorizando a segurança e a qualidade e ampliando o acesso aos serviços de saúde.

Esse é um grande desafio em um contexto no qual os problemas cardiovasculares figuram como a principal causa de mortalidade no Brasil e no mundo. De acordo com o relatório Carga global de doenças e fatores de risco cardiovasculares, do Institute for Health Metrics and Evaluation, apenas em 2022, cerca de 400 mil brasileiros faleceram por questões cardiológicas. Além da perda de vidas, a alta prevalência impõe um grande impacto econômico aos países.

Projeções da American Heart Association mostram que os custos totais relacionados com as doenças cardiovasculares, provavelmente, triplicarão até 2050 nos Estados Unidos. Caminho que o Brasil não precisará percorrer se adotar a integralização dos cuidados em cardiologia para reverter as estatísticas nacionais, já que essas são as patologias que mais causam perdas em qualidade de vida e financeiras aos sistemas de saúde, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia.

A mudança passa pela reeducação e o engajamento dos profissionais, além da adoção de protocolos que padronizam os cuidados com responsabilidade, transparência e espaço para adaptações constantes com base nos resultados obtidos. E algumas medidas concretas podem ser implementadas.

Uma delas é a desfragmentação da linha de cuidado. A maior dificuldade do modelo assistencial no Brasil ainda reside em transitar de um sistema centrado nas intervenções hospitalares para outro mais amplo, que contemple não só as complicações de doenças, mas a prevenção e o acompanhamento continuado do indivíduo. Afinal, é preciso garantir que a pessoa que sofreu um infarto, por exemplo, tenha o acompanhamento pós-alta adequado para evitar complicações e reinternações desnecessárias.

Outra é a valorização da jornada do paciente. O cuidado adequado precisa incluir os valores e as preferências do paciente. É essencial envolvê-lo nas decisões médicas, considerando apreensões e expectativas. Muitas vezes, nós, médicos, estamos preocupados com a taxa de mortalidade ou o tempo de internação hospitalar, mas o paciente está mais aflito em saber se sentirá dor ou em quanto tempo poderá voltar a trabalhar, por exemplo. Esses fatores também devem ser levados em consideração ao se decidir pela incorporação de novas tecnologias “menos invasivas” que, normalmente, reduzem o trauma relacionado a intervenções.

Também aponto as tecnologias que agregam qualidade e segurança. As inovações precisam estar alinhadas com o contexto de melhorar a excelência do cuidado. Algumas cirurgias complexas, como o transplante cardíaco e o uso de coração artificial, só fazem sentido se concentradas em centros que têm demanda suficiente de casos, senão acabam desperdiçando recursos.

Inclusive, as inovações tecnológicas não se limitam a novos dispositivos. Entre as novidades mais promissoras, estão os sistemas de inteligência artificial. Atualmente, existem softwares que alertam os cuidadores da existência de alergias e interações medicamentosas, calculam a chance de piora ou deterioração clínica nas próximas horas, ou que fazem a leitura de eletrocardiogramas em tempo real, ajudando na tomada de decisões melhores e mais rápidas. Apesar do custo de incorporação, alguns sistemas prometem facilitar os processos assistenciais, aperfeiçoar a precisão do diagnóstico e ampliar o tempo útil de interação entre o profissional de saúde e o paciente.

Para se garantir a eficiência dos sistemas de saúde, é necessário avaliar as vantagens e os gargalos de cada centro médico. Tendo esses pontos como norte, já seremos capazes de avançar na construção de um modelo de saúde com melhor qualidade e segurança, centrado nas demandas de cada paciente e capaz de enfrentar os crescentes e complexos desafios para o sistema de saúde, tanto das doenças cardiovasculares, como de outras áreas da medicina.

Por que a bancada evangélica se opõe à Lei dos Cassinos no Brasil?

» LUIZ FELIPE MAIA

Advogado, mestre em direito, especialista em regulação de cassinos. É diretor presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Jogo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em votação apertada (14 votos a favor e 12 contrários), o Projeto de Lei 2.232/22, que pretende regulamentar a atividade de cassinos, bingos e outros jogos no Brasil. Houve forte resistência da bancada evangélica, e essa disputa deve se estender para a votação em plenário.

O relator do PL, senador Irajá, comparou o potencial de desenvolvimento de cidades como Las Vegas, Cancun e Macau e mencionou a situação em países da América Latina que já legalizaram tais atividades. “Em todos os lugares democráticos e civilizados que regulamentaram os jogos e apostas, houve um claro avanço no combate ao jogo clandestino e um crescimento social e econômico significativo”, ressaltou Irajá. Ele observou que, com exceção da Arábia Saudita e da Indonésia, que têm maiorias islâmicas, e do Brasil, todos os países do G20 permitem jogos legais. O que temos é que, em regra, somente países não democráticos e dominados por fundamentalismo religioso não regulamentam cassinos e outros jogos.

De modo contrário, o pastor Silas Malafaia chegou a afirmar, em entrevista a um meio de comunicação, que “se não tivéssemos feito pressão, ia ser 20 a 7 na CCJ”. O senador evangélico Magno Malta (PL-ES) liderou a resistência e também criticou a aprovação. Em pronunciamento no plenário, declarou que aprovar a proposta é uma “insanidade

incalculável”. Os argumentos contrários giram em torno do potencial de vício no jogo, do risco de lavagem de dinheiro e de suposta correlação entre as atividades de jogo e o crime organizado. Curiosamente, esses argumentos acabam por dar razão àqueles que defendem a regulamentação dos cassinos e outros jogos.

A oferta de jogo ilegal é uma realidade presente em todo o mundo e, de forma muito mais visível e intensa, em mercados não regulados como o Brasil, onde a contravenção pode ser vista em quase todas as esquinas das grandes cidades. Ou seja, o potencial de vício no jogo já está presente na sociedade, sem que haja qualquer controle estatal sobre essa externalidade negativa. Ao regular a atividade, o governo não apenas passará a contar com a arrecadação de impostos, mas também poderá exigir dos operadores de jogos medidas concretas de jogo responsável que trazem mais segurança à sociedade, permitindo evitar, diagnosticar e tratar a ludopatia quando ela acontece, em vez de fazer de conta que ela não existe.

Da mesma forma, a lavagem de dinheiro é hoje ligada ao jogo ilegal, pois os recursos provenientes da contravenção são inseridos em outras atividades com o objetivo de mascarar sua origem ilícita. Com a regulamentação da atividade, a receita da operação será tributada e controlada pelas autoridades. Além disso, como se verifica em todos os mercados regulados, é muito

difícil e ineficiente utilizar cassinos e outros estabelecimentos de jogos e apostas para tentar lavar dinheiro, uma vez que tais atividades têm uma carga tributária elevada e um intenso grau de fiscalização.

Já a correlação do jogo com o crime organizado, essa encontra fundamento exatamente na sua proibição. Por se tratar de atividade proibida, somente aqueles à margem da lei se dispõem a atuar nesse mercado atualmente, atendendo a uma demanda que, por mais que queiram negar, existe. Com a aprovação do projeto de lei, a atividade passará do crime organizado para as mãos de grupos empresariais, brasileiros e internacionais, sujeitos aos mais elevados padrões de compliance, retirando, assim, uma fonte de receita do crime organizado e daqueles que com ele se envolvem em atos de corrupção.

A pergunta que permanece, então, é qual é o verdadeiro motivo pelo qual líderes evangélicos se opõem de forma tão veemente à aprovação do projeto de lei dos cassinos. A resposta é simples: tanto cassinos como algumas igrejas disputam os mesmos recursos escassos: a disponibilidade de tempo, esperança e, falemos a verdade, de dinheiro das pessoas. Com uma diferença marcante. Nos cassinos, as promessas de prêmios são pagas em vida aos ganhadores, enquanto nas igrejas, as promessas de recompensa são pagas somente após a morte (ou não).